

Os debates para a definição dos acervos do Museu Catavento

Rafael Lima Capellari¹

Documentalista

Introdução

Não é um trabalho simples colocar as obras do Museu Catavento dentro dos conceitos mais tradicionais de acervo.

Obras expostas em vitrines, conservadas com o objetivo de perdurarem por gerações, avisos para não tocar, diferem muito do Gerador Van der Graaff, da bicicleta pra gerar energia, da sensação de temperatura ao toque de diferentes materiais, da grande bolha de sabão.

O toque constante, o uso do corpo para realizar a atividade, os vestígios das mãos. Essa interação, como é comumente conhecida esse tipo de atividade no Brasil, destoa e muito de outros museus. Afinal, o que guardar e conservar e como realizar essas atividades?

Esse artigo pretende trazer os debates ocorridos no âmbito da construção da Política de Gestão de Acervos do Museu Catavento de 2024 principalmente sobre os 219 objetos participativos que fazem parte da área expositiva.

Definir os acervos desse museu é um conceito complexo

O que é um acervo de museu? A resposta para essa pergunta pode parecer algo muito claro. O lugar comum é que seja um conjunto de obras muitas vezes distinguidas pela sua antiguidade, raridade, exclusividade, que podem ser características de um tempo ou de uma cultura. Suportes

¹ Bacharel e Licenciado em História pela Universidade de São Paulo. Pós-graduado em conservação e restauro de arte sacra. Atuou em coleções públicas e privadas como o Arquivo Público do Estado de São Paulo, o Centro de Preservação Cultural da USP e o Centro Histórico e Cultural do Mackenzie. Desenvolveu uma pesquisa de iniciação científica no IEB-USP analisando a obra de Jean de Léry (1534-1611) e uma pesquisa no Instituto de Física, com Márcia Rizzutto, sobre análises não destrutivas de foto-reprodução blueprint do acervo da FAU-USP. Foi gestor do acervo do Instituto Campana por seis anos. Atualmente, é Documentalista do Museu Catavento e pesquisador do Grupo de Estudos em Conservação de Arte Contemporânea.

como telas, papéis, tecidos, metais compõem conjuntos de coleções em Museus de História e Arte.

Mas esse conceito não é isento de reflexão e é de extrema importância. Para começarmos a análise, iremos debater os conceitos de colecionismo e as origens das palavras coleção e acervo.

O conceito de colecionar está presente na definição de museus do Conselho Internacional de Museus². No Brasil, há uma implicação jurídica dessa definição, já que na Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, no artigo 21, consta que “os museus garantirão a conservação e a segurança de seus acervos”.

Marília Andrés Ribeiro salienta a origem latina das palavras acervo e coleção. Na primeira, temos um conceito amplo, que engloba bens culturais; já, na segunda palavra, é necessário haver uma relação entre os objetos, escolhidos por um indivíduo (2011, p.15, apud PENNA; FRONER, 2015, p. 91).

É importante ressaltar que essa diferenciação é muito mais comum em língua portuguesa do que no espanhol ou inglês. Nas outras duas línguas, é frequentemente utilizado o termo coleção, no caso, *coleccion* e *collection*. Sendo assim, os termos se confundem durante a bibliografia.

Krzysztof Pomian (1984, p. 51), em seu renomado artigo para Enciclopédia Einaudi chamado Coleção, a define como um conjunto de objetos conservados e expostos ao público e fora de seu uso primitivo e das atividades econômicas, ou seja, um objeto retirado do uso para qual foi criado para receber um uso de contemplação.

Para a publicação do Conselho Internacional de Museus, Conceitos-chave de Museologia, coleção é um termo que possui duas definições. Nessa publicação de 2013, a complexidade institucional e diversidade de modelos já são determinantes para pensar outras formas de

² A definição de museu de 2022 é: “Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos”.

coleccionismo. São desenvolvidos 3 conceitos “que variam, essencialmente, de acordo com dois fatores: por um lado, a natureza institucional da coleção, e, por outro, a natureza material ou imaterial dos seus suportes.”³. Para além do modelo tradicional de coleção, são apresentados os conjuntos de bens imateriais e salientado o papel da documentação como instrumento de preservação. É um grande salto conceitual e teórico para englobar instituições sem acervo físico ou não tradicionais.

Os Museus de Ciências e Tecnologia e Seus Acervos

Antes de debatermos casos específicos de Museus de Ciências, é importante lembrar que não há um modelo engessado para esse tipo de museu, eles podem ter coleções das mais variadas, desde instrumentos antigos, até equipamentos com a mais atual das tecnologias.

Marta Lourenço e Marcos Granato (2010, p. 7-9 apud HANDFAS, p. 41) analisam os museus em três fases. A primeira é datada da segunda metade do século XIX, fortemente dotada de conceitos de progresso humano e identidades nacionais, como o Museu de História Natural de Londres, criado em 1873 ou o Museu Nacional de História Natural de Portugal, atualmente, parte do Museu de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa. As coleções continham exemplares de regiões colonizadas, o que representava o avanço e o domínio de países colonialistas.

A segunda é datada dos séculos XVII e XVIII, chamados de gabinetes de filosofia natural e de gabinetes de curiosidades, essas coleções continham objetos naturais e artificiais, eram discursos de poder e status individual e colonial. Muitas dessas coleções estão no cerne dos museus mais antigos. Elas eram formadas a partir de critérios de excepcionalidade, exotismo, exclusividade. Um exemplo é a coleção de Sir Hans Sloane, irlandês do século XVIII que

³ Desvallées, André (ed). Mairesse, François (ed). Soares, Bruno Brulon (trad) (coment). Cury, Marília Xavier (trad) (coment). **Conceitos-chave de museologia**. [São Paulo], Armand Colin, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 2013. p. 33

trabalhou em fazendas coloniais no Caribe, local no qual sua coleção deu início a partir de exemplares vegetais levados a ele por pessoas escravizadas. Em Londres, ele enviou naturalistas em navios tumbeiros para coletar espécimes de outros locais. Após sua morte, a coleção foi comprada pelo Museu Britânico.

O terceiro modelo surgiu no final do século XIX, principalmente na América, e não possui relação com as coleções anteriores. Segundo Maria Lucia Loureiro, nessas instituições podem estar ausentes “os objetos pertencentes ao passado científico e o caráter histórico e sociocultural do desenvolvimento científico e tecnológico”⁴ (2009, apud. HANDFAS, p. 42). Nesse modelo, as formas de comunicação e de exposição são alteradas. Os objetivos educacionais a partir da participação dos agentes sobrepõem-se às formas de exposição tradicionais. O *Exploratorium*, centro de ciências estadunidense criado em 1960 é uma grade referência desse momento das instituições.

Como vimos, essas três linhagens não estão desconectadas. Dessa forma, não trataremos das instituições como se pudessem estar puramente em um ou outro modelo.

A partir dessas análises, vemos como Museus de Ciências podem ter coleções complexas. No caso de museus do terceiro modelo, também chamados de terceira geração, a interatividade é um fator essencial para a configuração da instituição.

Segundo a dissertação de Marta Lourenço (2000, p.27), apresentada em 2000, há uma ausência de definição de terminologias tanto da museologia como de outras áreas técnicas, como as palavras: acervo, coleção, catalogação, numeração; quanto de terminologias específicas como: instrumento, aparelho, módulo interativo. Outra questão a ser somada é a participatividade, que altera a concepção de museus tradicionais. Sobre esse tema, a autora diz:

“Por outro lado, como nestas instituições não existem, em geral, coleções no sentido tradicional do termo, os centros de ciência nunca se defrontaram com

⁴ Não será tratado aqui da divisão entre museus de ciência e centros de ciência, uma vez que já é uma informação consolidada que no caso debatido, do Museu Catavento, essa dicotomia não se faz presente.

questões como “qual a natureza dos nossos objetos?” ou “os objetos participativos devem integrar as coleções?”, que pressupõem opções terminológicas claras.” (LOURENÇO, 2000, p. 27)

Em *Museus de Ciência: que objectos?*, a pesquisadora portuguesa dedica-se a desvendar esse dilema das definições dos acervos. Ela chega a uma conclusão inicial, a divisão entre *objeto histórico* e *objeto participativo*.

Enquanto o objeto histórico é um objeto retirado de seu uso anterior, com um processo de comunicação intrínseco e com valor documento; os objetos participativos são um meio para que a comunicação ocorra através da ação da pessoa, ele é um processo para que o conhecimento científico seja produzido através da participação.

Ao se debruçar ainda mais no assunto, ela prefere classificar os objetos de museus de ciências em três tipos:

- “i) os **objetos científicos**: que foram construídos com o propósito de investigação científica
- ii) os **objetos pedagógicos**: que foram construídos com o propósito de ensinar ciência;
- iii) os **objetos de divulgação** da ciência: que foram construídos com o propósito de apresentar os princípios da ciência a um público mais vasto.”

Embora as duas últimas classificações sejam próximas, ela difere a primeira pela necessidade de ter um interlocutor, uma pessoa que explique os efeitos produzidos; já no segundo, a comunicação é feita de forma direta com a pessoa que interage com o objeto.

O Museu Catavento e a busca por seu acervo



O Catavento tem seu início em 2007, quando Sérgio Freitas foi convidado a criar um espaço de ensino e divulgação de ciências para crianças e jovens. A inauguração vem em 2009, no edifício Palácio das Indústrias. Os objetos participativos já estão incluídos nesse momento. Na década de 2010, o espaço recebe locomotivas, aviões, instrumentos ferroviários oriundos do Museu de Tecnologia. Entretanto, o aprofundamento em práticas museológicas acontece a partir de 2017. Atualmente, o Museu Catavento é o museu de ciências e tecnologia da Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo.

O Museu Catavento possui alguns tipos diferentes de coleções museológicas. Há um conjunto de acervo de estilo tradicional, encaminhado de outras coleções e que passaram por processos de incorporação. Há também o conhecido conjunto de, utilizo aqui o termo de Marta Lourenço, objetos participativos. Além disso, existem também uma coleção de animais taxidermizados, minerais, documentos de memórias institucional e um pequeno acervo bibliográfico.

No primeiro conjunto, os objetos históricos vieram, em grande parte, do Museu de Tecnologia, que funcionou de 1970 a 2009. Há nessa coleção aviões, carroças, locomotivas, painéis, lanternas.

O segundo conjunto contém obras participativas, são sistemas criados para que, com a ação de uma pessoa, o conceito científico seja transmitido.

A primeira Política de Acervo do Museu Catavento foi criada em 2018. Nela, os conjuntos de acervos do Museu Catavento são definidos em um parágrafo como de caráter histórico, experimentos científicos e acervos biológicos. Atualizada em 2020, os conceitos são reformulados para:

“Instalação - Experimentos que auxiliam na interatividade da exposição com o visitante, sendo um equipamento de fácil manutenção, composto por materiais simples e fornecido por empresas especializadas.

Acervo - Coleção de obras ou bens que fazem parte de um patrimônio. Objetos esses que foram doados ou recebidos na forma de concessão, oficializados por documentações.

Instalações Potencializadas – Acredita-se que muitas das instalações que hoje se encontram na instituição, contêm um potencial para futuramente serem classificadas como acervos, por apresentarem equipamentos de alta qualidade e que futuramente poderão não ser mais produzidas, pela perda de espaço para equipamentos mais tecnológicos e por conter poucos fornecedores que realizam tais experimentos.”⁵ (MUSEU CATAVENTO, 2020, p. 24)

Em 2024, o Museu tinha como objetivo atualizar sua Política de Gestão de Acervos, cabe ressaltar que, aqui, o termo já aparece no plural, o que salienta a pluralidade.

Para realizar essa construção, foi pensado um grupo formado por profissionais de várias instituições e representantes de todas as áreas do Museu Catavento. Essa Comissão se reuniu durante o ano de 2024.

O grupo se deparou com esse mesmo dilema descrito acima. Foi muito salientada a necessidade de autorreflexão da instituição e da necessidade de compreender a genealogia de sua coleção. Trouxeram também a vocação do museu na comunicação de conceitos científicos e dessa forma, como deveríamos pensar aquisições que dialogam com o conteúdo, afinal, o conceito de ciência é muito amplo.

Outro tema recorrente foi a documentação como uma possibilidade de preservação do acervo. Houve até mesmo o uso do exemplo da arte contemporânea não permanente (performances, arte efêmera, arte cinética) e o uso de documentação para o registro desse acervo.

Conclusão

⁵ Esse trecho foi retirado do documento de atualização da Política de Acervo do Museu Catavento, título do documento, criado no ano de 2020 por Paula Paiva Ferreira e Pâmella Andrade.

Durante o debate, não houve uma proposição definitiva. É interessante pensar a aproximação dos conceitos debatidos com a produção de Marta Lourenço, mesmo que não fosse de conhecimento da Comissão.

A aproximação com a arte contemporânea demonstra que as obras do Museu Catavento não são objetos históricos por si, são de fato uma comunicação realizada a partir da ação de um agente.

É com a atividade, com a participação, que a obra existe. Apenas como uma obra estática, os objetos participativos não existem como acervo completo, assim como as performances, obras interativas, obras de arte cinéticas.

Exposta a legislação acima, que traz uma carga jurídica que pesa para definição dos acervos, essa definição é também extremamente importante para ações de gestão da Política. A Política de Gestão de Acervos é um instrumento de normativas para a administração dos campos materiais e imateriais das coleções em posse de um museu. Segundo Raquel França Garcia Augustin:

Políticas são documentos orientadores que organizam e descrevem etapas do tratamento físico e documental do acervo... A política de gestão de acervo contribui para: uma continuidade das decisões, mesmo com a troca de funcionários, com o uso mais consciente de recursos e concede transparência e credibilidade para o processo decisório. (AUGUSTIN, 2023)

Ora, como podemos gerir algo que não foi definido? Esse tópico, foi, portanto, essencial para o início da Política, já que só é possível gerir o que se conhece. Não foram explicitados nesse texto os debates sobre acervo vivo do Museu Catavento, que inclui lepidópteras, Phasmids, abelhas e Reino Plantae. Existe bibliografia específica para esse caso, assim como legislação própria. Essa coleção também será incluída na Política de Gestão de Acervos. O edifício

tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, também foi abordado com um possível acervo.

O tema é tão amplo que foi optado desenvolvermos o ponto em que a definição é ainda mais delicada, que são as instalações do museu, os objetos participativos. Incluir esses objetos integralmente como acervos implica em planejar sua conservação, a guarda adequada e os espaços disponíveis para isso, os usos destinados a eles, a manipulação. Há a necessidade de guarda da materialidade dessas obras? Poderíamos preservar exclusivamente os arquivos e projetos? Podemos criar critérios de seleção parciais?

O resultado final poderá ser visto no documento pelo Museu Catavento, definitivamente, não é um ponto final. A decisão reflete o momento atual do campo museológico dentro do museu, assim como a Política de 2019 também refletiu o período no qual foi construída.



Bibliografia

AUGUSTIN, Raquel França Garcia. **Conferência Conservação em Pauta. Tema: "Gestão como forma de preservação: Como e por que elaborar políticas de gestão de acervo em museus"**. Universidade Federal de Pelotas. Encontrado em: <
<https://www.youtube.com/watch?v=5ckHhvOjz8A>> 8 dez. 2023

BRASIL. **Lei nº 11.904**, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 jan. 2009. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111904.htm. Acesso em: 3 set. 2024.

DAVIS, Josh. **Are natural history museums inherently racist?** Disponível em:
<https://www.nhm.ac.uk/discover/are-natural-history-museums-inherently-racist.html>. Acesso em: 9 jan. 2025.

DESVALLÉES, André (ed). MAIRESSE, François (ed). SOARES, Bruno Brulon (trad) (coment). CURY, Marília Xavier (trad) (coment). **Conceitos-chave de museologia**. [São Paulo], Armand Colin, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

HANDFAS , Ethel Rosemberg. **O PATRIMÔNIO CULTURAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NAS UNIVERSIDADES:: OS OBJETOS E COLEÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**. Orientador: Marcus Granato. 2018. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.unirio.br/ppg-pmus/copy_of_ethel_rosemberg_handfas.pdf. Acesso em: 3 set. 2024.



MUSEU CATAVENTO. **Política de Gestão de Acervo**. São Paulo, 2019.

MUSEU CATAVENTO. **Política de Acervo do Museu Catavento**. São Paulo, 2020.

PENNA, Tatiana Duarte; FRONER, Yacy-Ara. COLEÇÃO COMO ARQUIVOS DE MEMÓRIA: Processo, poética e conservação: Processo, poética e conservação. **Revista Interdisciplinar Internacional de Artes Visuais**, Universidade Estadual do Paraná, v. 2, n. 1, p. 89-105, 24 jun. 2015. DOI <https://doi.org/10.33871/23580437.2015.2.1.89-105>. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/sensorium/article/view/378>. Acesso em: 1 nov. 2024.

POMIAN, Krzysztof. Coleções. In: **ENCICLOPÉDIA EINAUDI**, vol. 1, Memória - História Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 51-86.

